

CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE SEGUNDO A PERSPECTIVA DA ESCOLA INCLUSIVA.

Francisca Vidânia de Lima Souza ¹
Josineide Ferreira da Silva ²
Jaysa Galdino Praxedes ³
Maria Jaqueline Cavalcante de Oliveira ⁴
Jéssica Girlaine Guimarães Leal ⁵

RESUMO

O presente trabalho propõe um relato acerca de caminhos que contemplam uma educação na diversidade, partindo de políticas educacionais que foram desenvolvidas com esse intuito. A pesquisa é de cunho bibliográfico, qualitativo, tendo como referencial o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade criado em 2003 pela Secretaria de Educação Especial SEESP do Ministério da Educação MEC. Diante dos inúmeros municípios-polos que serviram de base para a consolidação desse programa optamos por destacar a “princesa do sertão”: Feira de Santana/BA, sendo esta uma das contempladas pela oportunidade de participar como pólo da proposta de implementação da educação inclusiva no sistema educacional brasileiro. Embora o município já tenha desenvolvido algumas políticas educacionais voltadas para o atendimento especializado, a chance de participar do programa ampliou cada vez mais seus horizontes e suas possibilidades, culminando na criação do Programa de Formação de Professores para a Escola Inclusiva - PROEI, que tinha como objetivo permitir uma formação continuada para professores da rede municipal de ensino no atendimento aos alunos que têm Necessidades Educativas Especiais. Sendo assim, os resultados direcionam para um aprendizado que se constrói com e em favor do outro, daquelas vozes cuja a maioria esteve silenciada e que agora começam a instituir um discurso e uma prática docente comprometida e voltada para inclusão de todos no âmbito escolar.

Palavras-chave: Deficiência; Educação Inclusiva; Formação Docente.

¹ Graduanda do Curso de **Letras-português** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, vidaniasouza123@gmail.com;

² Graduanda do Curso de **Letras-português** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, josineide_cat@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de **Letras-português** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, jaysapraxedes@hotmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de **Letras-português** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, jaqueline13078@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Linguagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, jessicagirlaineifpb@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em educação inclusiva, devemos considerar como alvo aquelas pessoas que com suas singularidades foram excluídas ou segregadas da sociedade, tendo seus direitos privados em decorrência de possuírem algum tipo de deficiência ou estarem fora dos padrões de “normalidade”. Isso não vem de hoje, mas remonta desde os tempos da antiguidade quando as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram em alguns casos abandonadas ou até mesmo sentenciadas à morte, devido não pertencerem ao estigma da norma que as considerava como desvios e por conseqüente a isto, eram reprovadas ou isoladas do mundo. Daí pode-se compreender o surgimento de alguns preconceitos que permeiam até os dias atuais.

Sendo assim, inúmeros debates têm sido levantados quanto à necessidade de se pensar em um ensino, que respeite a diversidade na perspectiva de uma escola inclusiva, sendo este o espaço acolhedor que deve formar o ser humano e também promover o respeito aos seus direitos fundamentais. Diante disso, outro aspecto bastante relevante vem a tona, a formação docente adequada, mesmo não sendo a única responsável pelo processo de inclusão, ela torna-se um dos agentes principais, já que são os professores que em suas práticas pedagógicas se deparam com as diferentes formas de aprendizagem e as dificuldades decorridas da insegurança e do despreparo para lidar com a heterogeneidade em sala de aula.

Neste caso, torna-se essencial uma reestruturação nos sistemas de ensino, buscando possibilitar o acesso a conteúdos básicos, especificamente aqueles que têm Necessidades Educativas Especiais - NEE, e também uma formação continuada para os profissionais, algo que só será possível com a sensibilidade e a colaboração de todos. Partindo dessa visão, o objetivo principal do trabalho consiste em analisar o desenvolvimento de uma escola inclusiva no município de Feira de Santana/BA, ao ser esta uma das contempladas pela oportunidade de participar como pólo da proposta de implementação da educação inclusiva no sistema educacional brasileiro, ofertado pelo Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

Deste modo, o trabalho se apoiará na visão teórica de autores como: Mazzotta, (2003) e Pimenta (2004), para uma melhor compreensão acerca do papel desempenhado pela escola e também da adaptação curricular necessária às práticas docentes especializadas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O referido trabalho apresenta uma metodologia de cunho bibliográfico e qualitativo, baseado em conhecimentos acerca dos caminhos propostos para a educação inclusiva e com apoio em práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e sejam acessíveis a todos. Para isso, buscamos priorizar um conjunto de dados bibliográficos que apresentam 20 artigos sobre o tema “experiências educacionais inclusivas” vividas no Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade criado pelo MEC em 2003. Ambos nos trazem relatos acerca do desafio que é enfrentado por professores que contam com alguns alunos que possuem NEE e que embora estejam matriculados em classes de ensino regular, encontra-se longe de estarem totalmente incluídos nesse âmbito. Apesar disso, é notável o esforço por parte dos professores e gestores que buscam informações, estudam metodologias ativas e se empenham em desenvolver o melhor atendimento frente à pequena oferta de profissionais especializados que chegam até as escolas.

Neste caso, compreendemos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido entre o que preconiza a lei e sua real efetivação em prática, sendo assim, é preciso levarmos em consideração todo conjunto de pensamentos e ações que já foram realizadas com o intuito de assegurar um ensino de qualidade às pessoas com deficiência. Para isso adotamos como referencial central do trabalho, o artigo intitulado A Formação Docente e o Respeito à Diversidade: perspectivas para uma escola inclusiva no município de Feira de Santana/BA, das autoras Ana Paula de Oliveira Moraes Soto, Márcia Torres Néri Soares e Marleide Batista Ramos.

Optamos por esse artigo devido a grande demanda que existe em prol de profissionais que sejam capacitados para desenvolverem em seus alunos todo o potencial que eles guardam, seja no contexto escolar, cultural ou social.

REFERENCIAL TEÓRICO

“Embora os sistemas escolares tendam a privilegiar o acesso ao conhecimento, é fundamental que a educação seja concebida como um todo e que nenhuma das potencialidades de cada indivíduo seja negligenciada”. (Mazzotta, 2003).

Reconhecer as especificidades que cada indivíduo possui dentro de uma sociedade é o primeiro passo a ser tomado em busca de uma educação que possa ser mais igualitária para todos. Neste caso, pensar em educação inclusiva deve estar para além de possibilitar o acesso e a permanência de pessoas com deficiências, no sistema regular de ensino, mas especificamente é necessário a criação de um ambiente propício para desenvolver suas capacidades cognitivas básicas e também permitir relações interpessoais entre seus interlocutores, culminando assim em opiniões menos preconceituosas e mais receptivas em relação a convivência com a diversidade.

É nesse contexto que entra o papel do educador consciente, ele será o mediador entre as práticas pedagógicas e sua real adequação, segundo as particularidades que cada aluno possui, reconhecendo suas singularidades e as inúmeras formas de ensino-aprendizagem a depender destas. Quanto a isso, a declaração de Salamanca 1994, ressalta que "toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”.

Com base nessas premissas é que surgem as políticas educacionais inclusivas, visando combater em partes a desigualdade e a exclusão na qual pessoas com deficiências estavam arraigadas e assim almejar um modelo educacional que fosse mais acessível a todos, como garantia de um dos seus direitos fundamentais: a educação. Neste sentido, relataremos a seguir os resultados conquistados por Feira de Santana ao participar como um dos municípios-polo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade criado em 2003 pela Secretaria de Educação Especial SEESP do Ministério da Educação MEC, que tinha como objetivo “Disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais

inclusivos.” (Brasil, 2006, p. 1). No entanto, tal objetivo não se constituiria como fácil, afinal pretendia-se repensar e desconstruir a concepção de ensino e de ser humano adotado até então em algumas sociedades estigmatizadas e preconceituosas que existiram no decorrer dos tempos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se constatar nos resultados que após a atuação da Divisão de Educação Inclusiva que começou de modo efetivo suas atividades em 2001, realizando visitas nas escolas municipais, que o número de alunos com NEE matriculados na rede pública de ensino era de 1.500 (naquela época), frente a grande demanda, surgiu a iniciativa de promover encontros entre professores com o objetivo de pensar-se na criação de um programa que contribui-se para formação docente, almejando uma prática pedagógica diferenciada e mais inclusivista, que respeitasse as diferenças e também proporciona-se uma qualidade de ensino-aprendizagem a todos. Esses encontros serviram de base para a consolidação do PROEI - Programa de Formação de Professores para a Escola Inclusiva, criado pela Secretaria Municipal da Educação de Feira de Santana e iniciado em 2005 com o intuito de permitir uma formação continuada para professores da rede municipal de ensino, algo que foi concretizado graças à participação no Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

Consideramos que o desenvolvimento de competências docentes, devem superar as barreiras arquitetônicas psico-social e pedagógicas de forma flexível, moldando-se a depender das necessidades educacionais que cada aluno possui, afinal se reinventar frente às dificuldades, exige desses profissionais um olhar e uma consciência mais apurados em relação ao exercício da própria prática docente, segundo Pimenta 2004, “as transformações das práticas docentes só se efetivarão se o professor ampliar sua consciência sobre a própria prática, a sala de aula e a escola como um todo, o que pressupõe os conhecimentos teóricos e criativos sobre a realidade”

Embora algumas escolas hoje não possuam nem estruturas adequadas, muito menos desenvolvam algum tipo de programa voltado para esse público, a iniciativa do município de Feira de Santana deve servir de espelho aqueles que lutam em prol da

inclusão, da comunicação e do aprendizado de pessoas com deficiências, para isso é necessário que pais, escolas, educadores e a sociedade em geral unam suas forças em busca de alternativas ou programas que visem uma educação especializada e também interfiram em concepções preconceituosas que são incorporadas na mente a respeito daquele que é diferente de nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto compreende-se que embora a educação na diversidade já seja uma realidade em alguns municípios, ainda existem muitas barreiras a serem rompidas em relação a precariedade que existe tanto no sistema educacional de ensino, quanto no processo de formação docente especializada, o que acaba repercutindo, de forma negativa, na construção da autonomia do aluno, pois em alguns casos tende-se a primar pela homogeneidade, objetivando um aluno “ideal”, e, nesta direção, acaba-se priorizando as deficiências em detrimento das potencialidades que o indivíduo possui, algo que resulta em uma segregação disfarçada de inclusão. Ainda neste âmbito, pode-se observar um aspecto bastante positivo em relação ao desenvolvimento do programa, que foi propiciar uma troca de experiências e saberes entre os professores das escolas regulares e as instituições especiais de ensino, o que acabou tornando-se um momento enriquecedor para as práticas pedagógicas de ambos.

Vale ressaltar que a inclusão deve acontecer de modo participativo e colaborativo, ou seja, o núcleo familiar donde o indivíduo faz parte precisa colaborar em conjunto com a instituição e a sociedade, buscando caminhos eficazes que acolham e incluam o mesmo em suas atividades educacionais, sociais e culturais, reconhecendo-o como um cidadão ativo que possui direitos e deveres plenos. E é com esse desejo que cremos que a caminhada está apenas começando e que Feira de Santana permanecerá investindo cada vez mais em programas de formação continuada, proporcionando novos encontros e compartilhando outras experiências já realizadas ou em andamento, a fim de oferecer um atendimento educacional especializado às crianças, jovens e adultos que foram excluídos dos processos de ensino-aprendizagem devido possuírem algum tipo de deficiência ou comorbidade, reconhecendo que essas novas



ações e projetos serviram de base para promover não só o acesso como também a permanência e um real desenvolvimento dos mesmos frente ao âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br>.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994.

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 2006.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes; SOARES, Márcia Torres Néri; RAMOS, Marleide Batista. A Formação Docente e o Respeito à Diversidade: perspectivas para uma escola inclusiva no município de feira de santana/ba. In: ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências Educacionais Inclusivas: programa educação inclusiva: direito à diversidade**. Brasília-Df: Ideal Ltda, 2006. p. 191. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/919/1/experiencias_educacionais_inclusivas_.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.